



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quinta-feira, 07 de julho de 2022

Ano IX | Edição nº 1906

Página 2 de 90

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Leis

LEI Nº 5.479/2022

AUTORIZA O PAGAMENTO DE BONIFICAÇÃO DE INCENTIVO AO COMBATE À DENGUE PELOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado à proceder ao pagamento de uma Bonificação de Incentivo ao Combate à Dengue, em parcela única, no valor de até R\$ 600,00 (seiscentos reais), exclusivamente aos ocupantes dos empregos públicos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias.

Art. 2º A Bonificação será paga, respeitado o limite individual previsto no artigo 1º desta Lei, na proporção de R\$ 300,00 (trezentos reais) para cada mês completo de atividades executadas no âmbito das ações de combate à dengue, realizadas nos seguintes períodos:

I - de 1º de abril de 2022 a 30 de abril de 2022; e

II - de 1º de maio de 2022 a 31 de maio de 2022.

Parágrafo único. Para fins de percepção do benefício, será apurado individualmente, em cada um dos meses dispostos nos incisos deste artigo, a execução integral das atividades programadas pela Secretaria Municipal de Saúde para o combate à dengue, não gerando direito à percepção sua execução parcial.

Art. 3º Caberá à Secretaria Municipal de Saúde verificar quais os empregados públicos que atuaram, efetivamente, nas ações de combate à dengue durante os períodos dispostos no artigo 2º desta Lei.

§ 1º Para atendimento ao previsto no caput, deverá ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos o mapa mensal de frequência dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, bem como as informações necessárias ao processamento e pagamento da Bonificação.

§ 2º O desembolso do benefício ocorrerá na folha de pagamento do mês subsequente ao da entrada em vigor desta Lei.

Art. 4º A Bonificação de Incentivo ao Combate à Dengue constitui prestação pecuniária eventual, paga em parcela única, desvinculada dos vencimentos do titular, que a perceberá de acordo com o cumprimento dos requisitos exigidos por esta Lei, vedada sua incorporação a qualquer título.

Parágrafo único. O benefício de que trata esta Lei não servirá de base para apuração de qualquer outra vantagem, e sobre ela não incidirá nenhum desconto, ainda que para fins de previdência social.

Art. 5º O Poder Executivo expedirá normas regulamentares necessárias à execução do disposto nesta Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, preferencialmente as consignadas na Lei nº 5.434, de 07 de dezembro de 2021, sob o programa: 3.1.90.11.51 - Outros Adicionais, Vantagens, Gratificações e outros complementos de salários.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garça, 06 de julho de 2022.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DANIEL MESQUITA DE ARAÚJO

PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Registrada e publicada neste Departamento de Atos Oficiais e Documentos, na data supra.

zmc.

BIANCA CAMPOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE

ATOS OFICIAIS E DOCUMENTOS

LEI Nº 5.480/2022

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Projeto de lei orçamentária anual do Município de Garça, para o exercício de 2023, será elaborado com observância às diretrizes nesta lei, à Constituição da República Federativa do Brasil - C.F./1988, na Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989, ao artigo 16, inciso II, da Lei Orgânica do Município, à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e suas atualizações, à Emenda Constitucional federal nº 109, de 15 de março de 2021 e às disposições da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2019, que altera o Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal para prorrogar a desvinculação das receitas da União e estabelecer a desvinculação das receitas dos Estados,